



POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA: UM CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL?¹

Luiz Alberto de Lima Leandro

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente – PPGMA/UERJ, Professor da UFRRJ, Administrador, Coordenador do Curso de Gestão Ambiental/UFRRJ

luizleandro@ufrj.br

Elza Maria Neffa Vieira de Castro

Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ, Coordenadora do Núcleo de Referência em Educação Ambiental da Faculdade de Educação/UERJ e Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente/Doutorado Multidisciplinar da UERJ

elzaneffa@hotmail.com

Endereço⁽¹⁾: Rua São Francisco Xavier, 524, Bloco F, Sala 12.005, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.550-900. Fone: (21) 2334-0824. e-mail: secretariappgama@hotmail.com

RESUMO

A questão socioambiental apresenta-se como um grande desafio para a sociedade. A expansão da economia brasileira rumo a quinta maior economia do mundo tem acarretado graves problemas socioambientais sendo o meio ambiente reduzido à condição de recurso ou entrave para a prosperidade do sistema produtivo. Na perspectiva de iluminar esse cenário, o estudo sobre a concepção de desenvolvimento que norteia o campo da política ambiental brasileira constitui-se como relevante, tendo em vista a crescente preocupação com a questão da sustentabilidade que incorpora o desenvolvimento humano e a participação dos atores no interior dos processos decisórios. Este artigo analisa a Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável expressa no Relatório de Gestão 2003-2006 do Ministério do Meio Ambiente – MMA, utilizando a técnica de análise do conteúdo qualitativa (Mayring, 2002), na perspectiva de identificar qual concepção de desenvolvimento perpassa o referido documento e norteia a Política Ambiental Brasileira. Na esteira da análise, observamos a incompatibilidade entre a sustentabilidade e o movimento de reprodução do capital, que cria estratégias para sua perpetuação em detrimento de políticas públicas que garantam as condições de vida no planeta Terra.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento, sustentabilidade, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável, expressa no Relatório de Gestão 2003-2006 do Ministério do Meio Ambiente – MMA, utilizando a técnica de análise do conteúdo qualitativa (Mayring, 2002), na perspectiva de identificar qual concepção de desenvolvimento perpassa o referido documento e norteia a Política Ambiental Brasileira. Para tanto, aponta aspectos da problemática socioambiental que se configuram como desafios a serem enfrentados pela sociedade no início do século XXI – degradação da biodiversidade e carência de políticas públicas e de projetos que contribuam para a perpetuação das condições da vida no planeta.

Na perspectiva de iluminar esse cenário, um estudo sobre a concepção de desenvolvimento que norteia o campo da política ambiental brasileira constitui-se como eixo temático, tendo em vista a preocupação crescente com a questão da sustentabilidade que incorpora o desenvolvimento humano e a participação dos atores no interior dos processos decisórios.

¹ LEANDRO, Luiz; NEFFA, Elza. Política Ambiental Brasileira: um caminho para a sustentabilidade socioambiental? Anais do I Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Baurú/SP, 2010, 11p.

Na esteira dessa discussão, a análise da noção de desenvolvimento sustentável se faz presente a partir dos questionamentos: a quem serve o desenvolvimento sustentável? A realização do desenvolvimento sustentável articula-se à evolução humana?

A tentativa de compreensão dessas e de outras questões justifica-se tendo em vista que a associação entre desenvolvimento e sustentabilidade, criticada por diversos autores (Castoriadis, 1987; Acsegrad e Leroy, 1999; Bensaïd, 1999; Carneiro, 2005; Martínez Alier, 2007; Moreira, 2007; Sachs, 2007), reflete a carência de alternativas ao dilema posto pela institucionalização do capitalismo como modelo hegemônico de produção.

A economia brasileira caminha para tornar-se a quinta maior economia do mundo e dessa realidade resultam graves problemas socioambientais tendo em vista que o compromisso com estratégias de crescimento orientadas para o progresso industrial que tem como meta “a consolidação de um mercado de consumo de massa” (Mantega, 2003. p. 67) não converge com uma política ambiental sustentável. Nestes termos, o meio ambiente acaba reduzido à condição de recurso ou entrave para a reprodução do sistema capitalista.

A PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL: MAIOR CONSTATAÇÃO DO MESMO DILEMA

A questão socioambiental apresenta-se como um grande desafio para especialistas de diferentes áreas de conhecimento e atuação. Em meio a controvérsias, o aquecimento global configura-se como um dos principais problemas ambientais atuais (IPCC, 2010). Segundo estudos (Bava, 2009), o Brasil emite 10 toneladas de CO₂ *per capita/ano*, o dobro da média mundial. O desmatamento representa 42% das emissões, a agricultura e a pecuária representam 24%, energia 18%, transporte 11% e resíduos 5%.

Inúmeras regiões brasileiras apresentam degradação de seus biomas originais, sendo a Mata Atlântica (presente na região mais industrializada do país) a que apresenta o índice mais elevado – aproximadamente 75% do bioma original foi degradado (ICMBio, 2010). Os solos de regiões como a do Pantanal estão sendo ameaçados pelo uso de pesticidas. O pescado dos rios de diversas regiões brasileiras, especialmente o da região Amazônica, está se esgotando devido a políticas insuficientes de financiamento de equipamentos de alta tecnologia para pesca. A expansão agrícola dos agronegócios e a exploração desordenada do solo por grandes conglomerados empresariais estão destruindo a biodiversidade de extensas áreas – a taxa anual de perda de vegetação no Cerrado é de 14.200 km² e na Caatinga é de 2.763 km². Apenas 5% das espécies animais ameaçadas de extinção são atendidas pelos planos de conservação (ICMBio, 2010).

Tragédias como as ocorridas no município de Niterói, no Rio de Janeiro, em abril de 2010, revelam a carência de políticas socioambientais em diferentes níveis da administração pública. Segundo Brunet (2010), meses depois da morte de 257 pessoas no estado do Rio de Janeiro, centenas de moradores das áreas afetadas pelo desastre continuam sem moradia e se dizem desamparadas pelo poder público. Algumas famílias, sem local para viver, têm retornado às casas condenadas pela defesa civil. Comunidades em diversas cidades do Brasil enfrentam cotidianamente problemas como saneamento, segurança, transporte etc. Em meio a essas questões urgentes, a Caixa Econômica Federal (CEF), principal agente operador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), liberou apenas a metade do orçamento destinado pelo fundo à área de saneamento. Nesse mesmo período, todavia, a CEF fez um empréstimo de R\$ 2 bilhões para a Petrobras (praticamente o valor de todo o orçamento do Ministério do Meio Ambiente do ano de 2006). Esse atendimento da CEF à Petrobras pode acarretar menor atendimento aos setores básicos. Hoje, o déficit habitacional no país é de 7,9 milhões de moradias. Da necessidade de habitações urbanas, 55% referem-se às famílias com renda de até dois salários mínimos (Agência Senado, 2010). Em 2008, apenas 53% das habitações brasileiras tinham sistemas de saneamento básico (Doca e Ribeiro, 2010).

Embora o Brasil possua uma política ambiental consolidada, com Ministério exclusivo para tratamento das questões socioambientais dentre os 23 existentes no país, os problemas apresentados na atualidade deixam à mostra apenas a ponta do iceberg face à realidade brasileira. Motivos? Segundo especialistas do governo, o Brasil encontra-se em pleno processo de desenvolvimento e este caminho está sendo trilhado em direção à aceleração da produção com base na industrialização, em consonância com o modelo preconizado pelos países do Hemisfério Norte. Sendo assim, a questão ambiental trazida para a arena política encontra o entrave no crescimento econômico. Observando o histórico de expropriação do meio ambiente e as externalidades negativas causadas pela industrialização das nações do Norte, podemos perceber que o custo ambiental para o chamado desenvolvimento está sendo bastante alto.

Segundo Sachs (2007. p. 123), “dizer que os países industrializados encontram-se numa encruzilhada já se tornou lugar-comum”. É preciso observar que a discussão em torno da questão ambiental não envolve apenas a natureza como objeto material (recurso), mas é perpassada por sentidos socioculturais, envolvendo interesses diversos e conflitantes. Embora a temática ambiental venha ocorrendo num nível institucionalizado desde a década de 60 e 70 (Estocolmo, Clube de Roma, Conferência para a Conservação da Natureza etc.) e a questão do desenvolvimento sustentável tenha sido enfatizada na publicação do Relatório Nosso Futuro Comum (1987), as estatísticas, a literatura e a própria observação



empírica conduzem-nos à percepção de que estamos diante do mesmo problema: a tentativa de conciliar crescimento econômico e sustentabilidade ambiental.

O aprofundamento da literatura crítica referente ao paradigma de desenvolvimento e, em especial, ao desenvolvimento sustentável, tal como compreendido pelo senso comum e/ou aplicado nas organizações, na atualidade, leva-nos a questionar sobre qual modelo de desenvolvimento estamos falando.

Escapar da ideologia do desenvolvimento sustentável como *doxa* (Carneiro, 2005) ou como “[...] *slogan* temático da ideologia oficial e ‘profissional’ – bem como das políticas dos governos” (Castoriadis, 1987. p. 139) demanda analisar sua intencionalidade e evolução histórica.

A ANÁLISE DE CONTEÚDO QUALITATIVA: UMA METODOLOGIA CONTEXTUALIZADORA

Há um sentido no interior dos discursos simbólicos e polissêmicos. Para obtenção de maior clareza sobre as mensagens contidas nos textos, precisamos desvendá-las no sentido de captarmos o que o enunciador reproduziu no interior do enunciado (Bardin, 1977; Franco 2007; Fiorin, 2008). Este desvelamento pode ser feito através da análise de conteúdo qualitativa. Embora a técnica de análise do conteúdo seja conhecida por seu caráter quantitativo (frequência de determinados temas no material estudado, contagem de palavras, atribuição de pesos etc.), há um entendimento de que a abordagem quantitativa desta técnica deixe a desejar no que diz respeito às mensagens subliminares relacionadas à historicidade dos elementos do texto, aos sentidos e aos significados assumidos em determinado momento histórico. Segundo Mayring (2002), a utilização da análise de conteúdo na pesquisa qualitativa acontece porque este tipo de análise trabalha com um controle metodológico rígido, dividindo o material estudado em categorias que são unidades analisadas sistematicamente. A análise de conteúdo qualitativa utiliza as vantagens oferecidas pelo rigor da técnica quantitativa sem resvalar-se para uma quantificação descontextualizada e precipitada. Recomendada para análises textuais guiadas por teorias, essa técnica propõe três formas básicas de análise de conteúdo qualitativa: a sumarização, a explicação e a estruturação. Neste estudo, interessa-nos a explicação. Esta forma básica de análise de conteúdo qualitativa consiste em perscrutar o material identificado sistematicamente, por meio de categorias desenvolvidas a partir do texto, sempre orientado pela teoria, contextualizando os conceitos e dando-lhes maior densidade de significado e sentido, com o objetivo de esclarecer, explicar e interpretar determinado fenômeno.

Essa metodologia sugere que os critérios de categorização sejam fixados *a priori* para que o leitor possa compreender a partir de quais pressupostos se procede à interpretação. Neste sentido, esta técnica caracteriza-se por uma análise contextual. Ou seja, é imprescindível que se considere o contexto ampliado – informações sobre os autores, destinatários, intérpretes, contexto cultural, econômico, assim como, o material não verbal, simbólico e outros elementos inerentes ao material pesquisado.

PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO: A PSEUDO PANACÉIA

Os ideais que romperam com a tradição medieval trouxeram um sentido de transformação. Diversos fatos históricos mudaram o cenário do final do século XV e início do século XVI: surge a imprensa, a emigração de eruditos para Europa devido a conquista de Constantinopla pelos turcos, as grandes navegações, os novos caminhos marítimos, as novas terras e a ampliação do mundo ocidentalizado. Todas essas mudanças provocaram movimentos de independência da razão em relação ao cristianismo. Segundo Japiassu (2007), como antítese do saber aristotélico-tomista vigente nasceu a Ciência Moderna em uma Europa que se encontrava em meio a essas transformações.

A figura do burguês contribuiu para a acentuação das mudanças nesse cenário. A burguesia, uma classe social intermediária, vivia do comércio e era desligada do local de seu nascimento. Enquanto o camponês não conseguia imaginar-se fora de seu meio natural, o negociante tinha a noção de que o mundo ia além do vilarejo. Para ele, as coisas eram apenas meios para ganhar a vida. A vila, o campo, os animais, não possuíam história, donde sua maneira objetiva de compreender o mundo. A partir daí, a noção de coletividade mudou. A individualidade adquiriu importância, surgindo o conceito de objetividade pura. Deste lugar objetivo, de certa forma descolado da coletividade, surgiu a noção de que para ganhar mais era preciso sair do empirismo no que diz respeito às práticas comerciais. O pensamento teológico, considerado defasado, foi substituído pela razão científica, e de uma sociedade centrada na religião caminhou-se para outra baseada no comércio, na industrialização e no progresso. Neste momento histórico, o progresso começa a ser compreendido como o avanço rumo a um novo modo de vida e de felicidade.

A ciência moderna apresenta a proposta de uma sociedade regida pelo progresso exponencial, num sentido de crescimento ininterrupto e irreversível do conhecimento, gerador do progresso material e, conseqüentemente da felicidade (a noção de felicidade é alterada – o valor positivo está naquilo que progride), tendo por trás uma intenção de livrar os seres humanos do trabalho desumano e da miséria, inerente ao sistema feudal, na perspectiva de trazer maior liberdade e igualdade social. Esta proposta surge em meio aos debates e processos políticos das revoluções burguesas. Com Francis Bacon, essa concepção de ciência e civilização baseada no progresso ganhou consistência teórica. Bacon preconizou que o mais importante seria estender o domínio do humano, através da ciência, sobre a natureza, pois dominando o meio natural o ser humano encontraria os meios para a satisfação de suas plenas necessidades e a conseqüente felicidade (Jonas, 2006; Japiassu, 2007).

As filosofias sociais no século XIX absorveram a ideologia do progresso associado à felicidade, e impulsionaram a concepção do progresso social. A melhoria do conforto, do bem estar e da segurança, a expansão do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia serviram como veiculadores da difusão dessa ideia.

O conceito de progresso e o de reação, embora tratados como pares antagônicos têm uma relação dialética, segundo Le Goff (1984), manifestando-se através dos que combatiam às ideias progressistas e dos que, embora satisfeitos com o estágio alcançado pela sociedade industrial, resistiam às mudanças. Dentre estes, Augusto Comte, fundador do positivismo, fez da ordem e do progresso os elementos básicos de sua filosofia social, preconizando a manutenção da ordem propugnada pela subalternidade do operariado.

Segundo o entendimento da época, as sociedades humanas evoluíam de formas inferiores para superiores, tal qual a natureza, baseando-se na ideia de sucessão evolutiva de estágios. A noção de evolução social, como transformação gradual e constante, caracterizará o progresso como sendo quase natural (Darwinismo Social). O progresso social passa a ser entendido como resultado da predominância do mais forte, no sentido do domínio da civilização ocidental sobre as demais, entre outras razões, pelo fato do homem conhecer e dominar a natureza. Neste processo, diversas ciências apropriaram-se da palavra progresso, tendo a economia fixado um caráter material em detrimento de outros valores humanos, considerados como secundários aos objetivos de acumulação de riqueza abstrata.

Com a continuidade do processo de acumulação e de evolução tecnológica acelerados, assegurados pela Revolução Industrial, o conceito de progresso passou a ser identificado unicamente com o progresso econômico, traduzido na constante elevação da eficiência produtiva, no aumento da oferta de bens econômicos à disposição da população. A ideia de que as sociedades podem progredir indefinidamente para níveis cada vez mais elevados de riqueza material traz implícitos elementos do progressismo, que pressupõem o progresso técnico-científico como necessário, irreversível, inexorável, possibilitador do aperfeiçoamento inevitável do ser humano e das sociedades como um todo.

O conceito de progresso herdado do positivismo, base do enfoque segundo o qual o crescimento econômico é sinônimo de industrialização e gerador do desenvolvimento, ganha força nos países periféricos do Terceiro Mundo, em fins do século XIX e início do XX, através de campanhas modernizadoras, objetivando expandir os negócios dos países já industrializados. Ao tornar-se sinônimo de intervenção capitalista, o conceito de progresso desgastou-se após as duas Guerras Mundiais. A preocupação com a reestruturação das indústrias e economias dos países do Norte fez emergir o progresso com uma nova roupagem. O termo progresso foi substituído por crescimento industrial e econômico. O crescimento econômico poderia ser facilmente mensurado pelo Produto Nacional Bruto (PNB), graças aos métodos de regulação da produção e demanda e às taxas de crescimento. Este índice poderia fornecer as respostas para as questões relacionadas ao crescimento. Entretanto, os países do chamado Terceiro Mundo não estavam crescendo. Qual era o problema? Analistas de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial (BM) preconizavam que esses países necessitavam desenvolver-se para que tivessem a mesma qualidade de vida das nações do Norte, que já haviam crescido, continuavam crescendo e eram consideradas, por isso, nações desenvolvidas (Nhu Hô, 2006).

Essa ideologia do desenvolvimento como fonte geradora de felicidade baseada nos modelos dos países industrializados do Hemisfério Norte foi absorvida com certa ingenuidade pelos dirigentes do Terceiro Mundo. Os países mais pobres adotaram o desenvolvimento, entendendo-o como sinônimo de crescimento econômico baseado na capacidade de aumento do nível de produção agregado e da produção *per capita*. Novas categorias foram criadas para classificar as nações e seus estágios econômicos - de um lado, os desenvolvidos e, de outro, os subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, pressupondo que os países que ainda não tinham atingido o estágio de desenvolvimento deveriam mobilizar-se para que, seguindo os mesmos modelos, pudessem chegar ao inexorável desenvolvimento.

Acselrad e Leroy (1999, p. 14) afirmam que “[...] a ideia de desenvolvimento pode ser entendida de várias maneiras – e nenhuma delas é uma formulação neutra”. Segundo esses autores, a noção de progresso e crescimento econômico autossustentado parece estar por trás do modelo de desenvolvimento que vem sendo adotado no Brasil.

O SLOGAN: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – O QUE HÁ POR TRÁS?



A expressão desenvolvimento sustentável tornou-se tão comum ao longo das últimas décadas que poucos questionam que ideologias estão por trás desta máxima que ganhou força a partir da segunda metade da década de 80, quando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento propôs sua conceituação. Embora o *slogan* desenvolvimento sustentável esteja presente no discurso do Estado e das grandes empresas transnacionais, poucos de nós refletimos, seguindo os argumentos de Castoriadis (1987), a respeito das bases epistemológicas deste modelo de desenvolvimento proposto pelas nações ditas desenvolvidas do Hemisfério Norte. Surgem alguns questionamentos: por que há necessidade de desenvolvimento? O que estão desenvolvendo? Em qual direção? De que desenvolvimento se fala? Desenvolvimento para quem?

Os seres vivos se desenvolvem na medida em que progridem rumo a sua maturidade biológica. O desenvolvimento traz, em seu bojo, a ideia de processo, evoluindo da potência ao ato (numa concepção aristotélica). Neste sentido, o desenvolvimento seria rumo a um fim determinado como norma natural do ser que caminha para este fim. Como exemplo, podemos citar o processo educativo de uma criança que consiste, grosso modo, em conduzir o recém-nascido à maturidade de um ser humano adulto. Isso só pode ocorrer porque existe um estado de maturidade adulta, compreendido e aceito por determinada sociedade (Castoriadis, 1987). A ideia de desenvolvimento traz, então, a necessidade de um ponto de referência e um estágio final a ser atingido, fornecido pela própria natureza da coisa que se desenvolve. O desenvolvimento, em sua origem, pressupõe um limite, um estado ao qual se pretende chegar.

Na sociedade medieval dominada pela religião e pelo arcabouço judaico-cristão, a ideia do infinito estava presente apenas em Deus. O mundo material era finito e limitado. A ideia de desenvolvimento resumia-se aos referenciais das coisas. O ser humano tinha limites. O poder de agir do homem, legitimado pela ciência moderna, introduziu ações de ordem de grandeza inédita. A necessidade de progresso exponencial trouxe uma nova lógica e um novo sentido para o termo desenvolvimento. O coincidente encontro entre a expansão da burguesia com a ciência moderna criou o terreno fértil para o embrião do atual modelo de desenvolvimento (Castoriadis, 1987; Japiassu, 2007; Sachs, 2007).

A ideia de crescimento econômico propagada pelos países do Norte propunha um ideal de crescimento que fosse autossustentável, ou seja, que cada nação pudesse, através de estratégias econômicas, produzir grande massa de consumidores com renda para absorver a produção industrial, permitindo ganhos que possibilitassem a expansão da demanda e a poupança reproduzida em novos investimentos. Esse conceito de desenvolvimento, entendido como crescimento econômico baseado no Produto Nacional Bruto (PNB), seguiu em passos largos até o final dos anos 60, quando a crise na matriz energética (petróleo) fez com que especialistas apontassem para a finitude dos recursos utilizados nos diversos processos produtivos. O modelo de desenvolvimento adotado do pós-guerra até a década de 70, baseado no tripé: a) abundância de recursos naturais; b) aumento da produtividade baseada no trabalho e desenvolvimento de tecnologias de produção; c) presença de altos índices de satisfação das sociedades (desenvolvidas e desenvolvimentistas como o Brasil) estava entrando em colapso. O ser humano, possuidor e gestor do meio natural, estava prestes a perder o controle da natureza (Buarque, 2008).

Diante da possibilidade da real ameaça ao *status quo*, as nações industrializadas reuniram-se para criar comissões e conferências que pudessem reagir à grave crise que se instalava. Surgiram os indicadores sociais e a questão ambiental começou a fazer parte da pauta de discussão das empresas e governos. A questão por trás desse movimento buscava responder como manter o desenvolvimento diante da crise relacionada à escassez de recursos e aos limites impostos pela biosfera? Como resposta surge a ideologia do desenvolvimento sustentável. O próprio relatório Nosso Futuro Comum (1988) apresenta a lógica do progresso contínuo e do crescimento autossustentado no item que trata das políticas ambientais, cuja meta preconizava “como com menos produzir mais” (CMDMA, 1988. p. 17). O desenvolvimento capitalista continua presente, mas sob uma roupagem diferente.

Cabe aqui, antes de evoluirmos na discussão do conceito de desenvolvimento sustentável, falarmos sobre o termo sustentabilidade. O adjetivo sustentável apresenta a ideia de algo passível de sustentação, ou seja, alguma coisa que traz em si constância, perenidade e regularidade. Ora, como manter o desenvolvimento constante sem que a lógica do crescimento assintótico seja alterada?

O crescimento preconizado pelos países do Norte para os subdesenvolvidos foi formulado, nos documentos das conferências internacionais dos anos 70 e início dos anos 80, como um crescimento autossustentado, ou seja, a lógica da sustentabilidade do crescimento já era determinada como condição essencial para a manutenção do *status quo* do sistema capitalista de acumulação de riqueza abstrata.

O relatório Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1987) apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo o que atende as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também as suas. Moreira (2007. p. 153) critica esta abordagem, pois o conceito apresentado pela comissão traz a falsa impressão “[...] de

um conceito acabado”. Outra questão a ressaltar diz respeito às diversas contradições e problemas conceituais, implícitos a essa noção, que não são questionados porque colocariam em *xequê* a própria lógica capitalista de produção e apropriação do meio natural baseada no crescimento exponencial da produção e das forças produtivas. Esse crescimento constante seria o objetivo da vida humana?

Assumir a ausência de limites para a razão significa afirmar que não há limites para o poder de agir do homem que é o senhor da razão. Este poder é mensurado pela quantidade de riqueza abstrata que pode ser acumulada. Há uma nova ordem de valores, normas, comportamentos, que Castoriadis (1987, p. 149) denomina de “significação imaginária do social”. Esta nova noção de desenvolvimento apresenta o que tem valor e o que não tem, o que é valioso é o que pode ser quantificado.

O *slogan* desenvolvimento sustentável busca soluções técnicas desenvolvidas por especialistas para as questões ambientais e desloca a discussão para um *ponto cego* fazendo com que a ideologia do desenvolvimento não seja discutida e seus pressupostos sejam tacitamente aceitos. Em outras palavras, o mecanismo de produção capitalista, a lógica do gerenciamento técnico-político dos problemas ambientais para o combate das externalidades negativas apenas reafirmam o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento exponencial autossustentado. Esse fato institucionaliza o desenvolvimento sustentável como *doxa* da questão ambiental, “consenso tácito e inconsciente sobre um silêncio, define os limites do problematizável, estimulando a formação de concepções, demandas e engajamentos que se mantenham dentro de um jogo de regras e resultados pré-definidos” (Bourdieu, 1989 apud Carneiro, 2005, p. 41).

Com base no referencial teórico assinalado, atentamos que o conceito de desenvolvimento sustentável, adotado nos documentos das conferências internacionais como, por exemplo, o Relatório Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1988), apresenta em seu bojo, o mesmo modo de operação do sistema de produção capitalista de acumulação de riqueza abstrata, que busca a compatibilização entre desenvolvimento socioambiental e crescimento econômico autossustentado, sendo a ideia de felicidade fixada no quantitativo da produção e no progresso exponencial. Repousa aqui uma pergunta: como um governo, como o brasileiro, com previsão de crescimento (PIB) de 7% para o ano de 2010 e políticas voltadas para o crescimento da produção e exportação de *commodities* (com efeitos limitados para emprego e renda) pode elaborar políticas que estejam orientadas para a politização do debate socioambiental?

Suas características de maior país do continente sul-americano, dadas as suas dimensões continentais – 8.514.876,599 km²; quarto maior país do mundo se consideradas terras contínuas, e quinto, considerando-se terras descontínuas (IBGE, 2010); detentor de uma das maiores biodiversidades do mundo, ocupando a lista dos 18 países megadiversos que concentram 70% das espécies animais e vegetais do mundo; possuidor de cerca de 10% das espécies do planeta, 14% da água potável renovável e de ser celeiro para a produção de alimentos, com estoques amplos de carbono florestal (Scarano *et al*, 2010), colocam-no no topo das nações com condições de gerenciar seus recursos naturais rumo ao almejado desenvolvimento. Uma análise mais acurada permite entrever que a problemática ambiental no Brasil, desde a instituição do Decreto Federal 23.793/34, primeiro documento que tratava dessas questões no país, até a criação da Secretaria de Meio Ambiente, na década de 70, é concebida como elemento necessário à reprodução da lógica de produção capitalista. No Estado desenvolvimentista brasileiro, por exemplo, onde a natureza foi entendida como estoque a ser gerenciado em função das metas do governo, as políticas ambientais adotadas preconizavam que a nação poderia desenvolver-se e conquistar a integração ao mercado mundial utilizando-se do meio ambiente como fonte de riqueza, em continuidade à meta de crescimento dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Uma economia como a brasileira não poderia apoiar seu crescimento em vantagens comparativas, exportação de *commodities*, com efeitos limitados sobre emprego e renda.

A crise do capitalismo na atualidade demonstrou que a acumulação de riqueza abstrata, sem o desenvolvimento de políticas sociais arrojadas, é uma eficiente forma de acumular desigualdade, pobreza e degradação ambiental.

A análise do orçamento do Ministério do Meio Ambiente relativa ao ano de 2006 apresenta que mais de 50% das suas receitas foram provenientes de compensações financeiras de atividades de alto potencial de impacto ao meio ambiente e de taxas e multas por autos de infração (Dutra *et al*, 2006). Tais dados são fortes indicadores da adoção da lógica de desenvolvimento como crescimento econômico e desenvolvimento sustentável como mais produção com menos recursos.

ANÁLISE DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2003-2006 DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA – POLÍTICA AMBIENTAL INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciário crer naquilo que se transmite. Por isso ele é sempre persuasão” (Fiorin, 2008, p. 75).



Para este autor, o enunciador, aquele que construiu o material que está sendo comunicado, utiliza-se de uma série de procedimentos linguísticos e lógicos para convencer o receptor da mensagem. Nesse estudo, a análise da categoria desenvolvimento sustentável ajuda-nos a realizar inferências que possibilitam comparar as informações contidas no Relatório de Gestão 2003-2006 do Ministério do Meio Ambiente – MMA: Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável com os fundamentos teóricos estudados e os relatórios técnicos publicados (Dutra et al, 2006; Scarello, 2003; Barros, 2003; Verdum, 2008; Silva, 2010; AMAZON, 2008, Martinelli, 2010).

O Relatório de Gestão 2003-2006, dividido em três linhas básicas: a) promoção do desenvolvimento sustentável; b) controle e participação social; c) fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente, anuncia as diretrizes que compõem a Política Ambiental Brasileira.

No item *Promoção do desenvolvimento sustentável*, na página 7 do documento, a afirmação “sabemos que 50% do PIB brasileiro dependem da nossa biodiversidade” remete-nos à percepção de que o Relatório apresenta o desenvolvimento sustentável no sentido de crescimento econômico, em que o PIB é a medida do progresso. Entretanto, diversos estudos revelam que o PIB não é o indicador mais adequado para informar dados sobre desenvolvimento. Segundo a Organização Mundial do Comércio (WTC, 2010), o Brasil é o terceiro maior exportador de produtos agropecuários do mundo, tendo apresentado um crescimento de 18% das exportações de *commodities* na década passada. Embora os números sejam elevados, a desigualdade social no campo é acentuada, pois 16% dos estabelecimentos rurais que incorporam o agronegócio não familiar às suas atividades produtivas ocupam 86% das terras cultiváveis do país. O tamanho médio das terras ocupadas pelos agronegócios é de 300 hectares, 16 vezes maior que a média das terras utilizadas pelo agricultor familiar.

Outra proposta incluída neste item do relatório com a assertiva “O ministério empenhou-se em três frentes: combate ao desmatamento nos biomas, recuperação e uso sustentável da diversidade biológica e aumento das áreas protegidas” (p.12), o documento refere-se à conservação da biodiversidade com uso sustentável dos recursos naturais.

Os esforços empreendidos pelo governo para implantar as políticas ambientais trouxeram resultados no que diz respeito ao combate ao desmatamento. Entretanto, a concepção desenvolvimentista orientada para o crescimento econômico exponencial que subjaz às políticas econômicas do governo contrapõe-se a esses esforços, obstaculizando o estabelecimento de políticas ambientais eficientes e eficazes do Ministério do Meio Ambiente. Estudos realizados pelo Instituto AMAZON (período de 1995 – 2007) demonstraram que as taxas de desmatamento estão intrinsecamente ligadas ao preço das mercadorias agrícolas, especialmente ao valor de mercado do gado bovino e da soja. Apesar das políticas implementadas, o aumento do preço das mercadorias em um ano levou ao acréscimo das taxas de desmatamento no ano seguinte e vice-versa. Embora as taxas de desmatamento tenham decrescido no ano de 2008 (período de janeiro a dezembro comparado com o mesmo intervalo no ano de 2007), observamos que esta alteração relaciona-se à queda no preço das *commodities*, em função da crise econômica global que restringiu o crédito para novos investimentos e a própria legislação que proibiu a concessão de crédito para áreas rurais onde o processo de licenciamento ambiental não foi iniciado. Nesse sentido, podemos inferir que, embora a política de combate ao desmatamento esteja trazendo resultados, a gestão dos indicadores tem se mostrado ineficiente. Segundo Barros (2003), a taxa de desmatamento, indicador mais utilizado na gestão ambiental na Amazônia, desconsidera as pequenas áreas desmatadas inferiores a seis hectares e as perdas de florestas por incêndios, não indica o grau de fragmentação, assim como, não apresenta a distribuição espacial. Ou seja, os dados são imprecisos e mascaram a problemática.

Embora o Relatório apresente um compromisso com a biodiversidade, através da “[...] articulação de políticas específicas para cada bioma, organização de espaços de participação social, reforma institucional do setor florestal e ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade” (p.12), estudos (Silva et al, 2010) sobre espécies vegetais brasileiras revelam que em virtude da precariedade de investimentos do governo em pesquisa, somente cerca de 1500 espécies novas são descritas anualmente, sendo necessários 800 anos para completar a descrição de todas as espécies existentes no país. Segundo pesquisas de Giuletta (2009, apud Silva et al, 2010) há cerca de 2.291 espécies de plantas raras brasileiras, mas muitas ameaçadas de extinção. Entretanto, o governo federal só reconhece 472 plantas ameaçadas, o que favorece a utilização da flora sobre bases insustentáveis.

Nessa mesma perspectiva, a análise da proposta que subentende que “O Plano Amazônia Sustentável (PAS) consiste na principal estratégia de política ambiental integrada do governo Lula para a Amazônia”, anunciado na página 28, remete-nos a alguns questionamentos, a partir de constatação de que, no período de 2001 a 2002, a Amazônia teve seu desmatamento aumentado em 40%. Segundo Verdum (2008), no ano de 2003, o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) informou que essa notícia motivou o governo federal a constituir um grupo de trabalho – o Grupo Permanente

de trabalho Interministerial para a Redução dos Índices de Desmatamento da Amazônia Legal (GPTI) que, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, lançou o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, em 2004, propondo 162 atividades e 32 ações estratégicas organizadas em três eixos, a saber: 1) ordenamento territorial e fundiário; 2) monitoramento e controle e 3) fomento às atividades sustentáveis. Um quarto eixo, retirado a pedido da Casa Civil, tratava da infraestrutura ambientalmente sustentável e tal solicitação reflete o compromisso do governo com o desenvolvimento entendido como crescimento econômico. O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal foi concebido para atuar sobre o processo de desmatamento nas áreas consideradas críticas resultantes de políticas ambientais insustentáveis e sobre os impactos socioambientais provenientes das estratégias de desenvolvimento planejadas para a Amazônia, que incluíam uma série de obras (BR, 317, BR 319, BR 163, hidroelétricas do Rio Madeira e de Belo Monte, gasoduto Urucu-Porto Velho, linha de transmissão Ji-Parana – Pimenta Bueno – Vilhena – Jaurú). Essas obras, embora tenham sido integradas, na atualidade, ao Plano da Amazônia Sustentável (PAS) e ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), coadunam-se com os objetivos do PAC de promover o desenvolvimento econômico. Os investimentos no PAC foram superiores a R\$ 500 bilhões o que, em 2007, representava aproximadamente 20% do Produto Interno Bruto. Uma análise mais acurada, entretanto, reflete o descaso do governo com o PAS tendo em vista que, em 2005, este plano detinha um orçamento de R\$ 65 milhões, mas somente 41,83% foram executados. Face à urgência dos problemas ambientais, a baixa execução revela um gerenciamento dos recursos voltado para o contingenciamento e o favorecimento do grande capital (pagamento do serviço da dívida). Ressaltamos que embora as políticas ambientais tenham conseguido reduzir o desmatamento, o debate em torno da questão do aumento da produção agrícola para exportações continua agravando os problemas socioambientais. No caso da proposta de alteração no Código Florestal, p. ex., os argumentos vão desde a afirmação de que o código é o culpado pelas infrações, pois coloca o agricultor na ilegalidade, até postulá-lo como entrave ao crescimento econômico do país.

É importante ressaltar que dentre os vinte e três ministérios, o Ministério do Meio Ambiente era o sexto com o menor volume de recursos em 2006. O valor disponível para o MMA representava 0,12% do orçamento do Governo Federal e 0,54% do total destinado aos Ministérios. O que é pouco dada a urgência da problemática socioambiental descrita no Relatório.

O item *Controle e participação social* afirma que: “os desejos dos ambientalistas, dos povos tradicionais, dos empresários, dos trabalhadores, dos agricultores familiares, dos acadêmicos e outros tantos segmentos sociais foram traduzidos em ações, projetos, programas e planos” (p. 93).

Ao analisarmos a execução orçamentária dos programas socioambientais, constatamos insuficiência de ações governamentais para a implementação de tais ações. A falta de empenho político do governo no gerenciamento dos conflitos com as comunidades tradicionais não condiz com as propostas enunciadas no Relatório. O programa Comunidades Tradicionais, que teve R\$ 102,67 milhões orçados em 2007, e R\$ 49,73 milhões efetivamente aplicados em projetos de desenvolvimento de comunidades tradicionais (Verdum, 2008), elucida tal crítica. Embora o governo afirme a transversalidade como um dos eixos das políticas ambientais, a escassez de investimentos em projetos e programas destinados às comunidades locais inviabiliza a gestão de áreas protegidas, a preservação dos biomas e a manutenção da diversidade sociocultural nacional.

Estudos de Martinelli (2010) revelam que a região amazônica conta com grande quantidade de projetos nas áreas de expansão infraestrutural, agrícola e de mineração. Ainda que o governo confirme participação social das comunidades tradicionais nos debates travados na região, o que se observa é a construção de um consenso para a legitimação dos interesses do grande capital, sem considerar a sustentabilidade substantiva do modo de produção das comunidades.

Quanto ao item *Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente*, “em 2003, o MMA iniciou a construção da Política Ambiental Integrada, descentralizando as responsabilidades pela gestão ambiental [...] buscando, com isso, organizar e implementar instrumentos para gerir, de maneira ágil, a política proposta, baseada na consolidação do Sisnama” (p.115).

O SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente foi criado no início da década de 80 através da Lei 6.938/1981. Essa lei dispõe sobre sua estrutura, responsabilidades e forma de articulação dos órgãos ambientais nas três esferas do governo. Nesse sistema, o órgão central é o Ministério do Meio Ambiente, o órgão consultivo e deliberativo, o CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, o executor, o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e as entidades estaduais responsáveis pela execução dos projetos e pelo controle e fiscalização de atividades com potencial de degradação ambiental, os órgãos seccionais. Na estrutura do SISNAMA há, também, os órgãos locais que cumprem as mesmas tarefas dos estaduais na esfera municipal tendo, como órgão superior, o Conselho do Governo.

Nessa lógica, o Relatório apresenta a ideia de que a atuação do SISNAMA ocorre através da articulação dos órgãos que o constituem e da participação dos diversos atores sociais, com o efetivo acesso da opinião pública às informações e ações do governo, no que diz respeito aos projetos e programas ambientais. Propõe que os órgãos seccionais e locais



enviem informações sobre os programas e projetos em execução, através de relatórios que, consolidados pelo Ministério do Meio Ambiente, permitem a apresentação de um panorama da situação ambiental no país. Submetido ao CONAMA, esse material serve para subsidiar análises e propostas de ação para o ano subsequente.

Esse planejamento demonstra-se perfeito na teoria. Entretanto, a despeito dos esforços empreendidos em diversos estados e municípios, a prática tem sido prejudicada pelo esvaziamento do CONAMA, pois é nessa instância que a efetiva participação da sociedade deve ocorrer. Entretanto, estudos de Scarcello (2003) revelam que a ausência de discussão de temas importantes da agenda ambiental no CONAMA esvazia o órgão e retira dos atores sociais de diferentes setores da sociedade civil a oportunidade de participarem do processo de tomada de decisão, o que contradiz o Relatório e a afirmação do governo que reitera o fortalecimento do SISNAMA. O que ocorre é justamente o contrário, pois ao fortalecer a crença de que os conflitos entre os diferentes segmentos só se resolvem entre os que entendem tecnicamente dos assuntos ambientais, o sistema aliena a sociedade de sua legítima participação. Neste sentido, buscam-se soluções para os problemas através de medidas compensatórias e não em estratégias para fortalecer a participação da sociedade nas questões relativas ao meio ambiente (Zhou et al, 2005).

De acordo com estudos de Scarcello (2003), não há uma efetiva divulgação das diretrizes e políticas ambientais no país. Os conselheiros do CONAMA raramente são convocados para discutir no plenário ou nas câmaras técnicas sobre programas importantes desenvolvidos pelo governo. Observamos que, embora o Relatório afirme que há uma transversalidade nas ações de coordenação da agenda ambiental, as posições para os acordos internacionais (como as convenções pós-Rio 92), assumidos pelo Ministério das Relações Exteriores, não foram discutidas ou analisadas no CONAMA.

Para este autor, a sociedade, mesmo quando atua, não consegue exercer grandes influências, em virtude da não paridade representativa (a representação do governo federal e dos Estados é de aproximadamente 70%). Além disso, há, ainda, a questão da inércia dos representantes dos estados e do próprio governo em relação às propostas para solucionar problemas que demandam participação social.

Nessa perspectiva, observamos que as falhas de gerenciamento das atividades do CONAMA engessam-no e inviabilizam o alcance do objetivo do SISNAMA, comprometendo sua natureza sistêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Relatório de Gestão deixa transparecer que as políticas ambientais públicas não escapam da lógica de acumulação do capital fundamentada na produção industrial e orientada exclusivamente para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Historicamente, dentro das instâncias governamentais brasileiras, observamos que quando uma legislação ambiental ou qualquer outro entrave ameaça o *modus operandi* do desenvolvimento (entendido como crescimento econômico), o suposto obstáculo é removido para que a *máquina* continue movendo-se em direção ao crescimento sustentável (Acsegrad e Leroy, 1999). Os debates que ocorrem em torno do novo Código Florestal Brasileiro exemplificam tal afirmação.

Ao fazermos as inferências – comparações entre as declarações postuladas no Relatório e a prática discriminada nos diversos artigos e relatórios técnicos estudados (IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; INESC – Instituto de estudos socioeconômicos; Revista Scientific American; entre outros), verificamos a presença de uma série de contradições intrínsecas ao modelo hegemônico de desenvolvimento sustentável. Na esteira da análise, observamos a incompatibilidade entre a sustentabilidade e o movimento de reprodução do capital, que cria estratégias para sua perpetuação em detrimento de políticas públicas que garantam as condições de vida no planeta Terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. “Análise do pensamento de Jacques Le Goff acerca da formação da ideia”. Enciclopédia Einaudi. Vol. 1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
2. ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. Novas premissas da sustentabilidade democrática. Rio de Janeiro: FASE, 1999.
3. Agência Senado – Senado Federal. Notícias – Serys: governo tem trabalhado para superar o déficit habitacional. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/verNoticia.aspx?codNoticia=100235>. Acesso em: 10 de jul. 2010.
4. BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
5. BARROS, Ana C. A influência do IPAM na política de prevenção de incêndios florestais e queimadas agrícolas acidentais na Amazônia. In: LITTLE, Paul E. Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo:

- Peirópolis; DF: IIEB, 2003.
6. BAVA, Silvio Caccia. Ambiguidades e contradições. *Le Monde Diplomatique*. Brasil, dezembro, 2009. Ano 3. Numero 29, p. 3.
 7. BENSÁID, Daniel. Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
 8. BRUNET, Daniel. Rio ainda tem desabrigados das chuvas de abril. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 de jul. 2010. Rio, p. 19.
 9. BUARQUE, Sérgio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
 10. CARNEIRO, Eder Jurandir. Política Ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andreia; KLEMENS, Laschefski; PEREIRA, Doralice Barros (org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
 11. CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto*. Vol. I. 2 ed. Paz e Terra: São Paulo, 1987.
 12. CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.
 13. DOCA, Geraldo; RIBEIRO, Fabiana. Caixa: saneamento só leva metade do FGTS. *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 jul. 2010. *Economia*, p. 27.
 14. DUTRA, Renato; OLIVEIRA, Adrilane Batista; PRADO, Alexandre C. de Almeida. Análise do orçamento do Ministério do Meio Ambiente para o ano de 2006. *Política Ambiental*. Revista eletrônica da Conservação Internacional Brasil. Belo Horizonte. n. 1, maio de 2006. Disponível em: <http://www.acendebrasil.com.br/archives/CI%20%20Politica%20Ambiental%20maio2006.pdf> Acesso em: 05 de abril de 2010.
 15. FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
 16. FRANCO, Maria Laura Publi Barbosa. *Análise do conteúdo*. 2 ed. Liber Livro Editora: 2007.
 17. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisas – Indicadores*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#pesquisas . Acesso em: 01 de jun. 2010.
 18. ICMBio – Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade. *Centros de pesquisa e conservação*. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/menu/centros-de-pesquisa-e-conservacao> Acesso em: 02 jul. 2010.
 19. IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. *Publicações – Artigos técnicos – Qual o efeito das novas políticas de desmatamento na Amazônia*. Disponível em: <http://www.imazon.org.br/novo2008/index.php> . Acesso em: 05 jun. 2010.
 20. IPCC – Intergovernmental panel on climate change. *Publications and data*. Disponível em: http://www.ipcc.ch/press_information/press_information.htm. Acesso em: 01 jun. 2010.
 21. JAPIASSU, Hilton. *Como nasceu a ciência moderna: e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago, 2007.
 22. JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
 23. MANTEGA, Guido. A nova estratégia de crescimento sustentado. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). *Governo Lula, novas prioridades e desenvolvimento sustentado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
 24. MARTINELLI, Gustavo. Conhecer a flora para protegê-la. *Scientific American*. Brasil. Edição especial. n. 39, julho 2010.
 25. MARTÍNEZ ALIER, Juan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valorização*. São Paulo: Contexto, 2007.
 26. MAYRING, Philip. *Einführung in die qualitative Sozialforschung [Introdução à pesquisa social qualitativa]*. Weinheim: Beltz, 2002. Disponível em: <http://www.unb.br>. Acesso em: 10 abr. 2005.
 27. MOREIRA, José Roberto. *Terra, poder e território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
 28. NHU HÔ, Pham. O desenvolvimento endógeno como alternativa. *Potencialidades e obstáculos ao seu desdobramento*. In: MACIEL, Tânia Barros (org.). *Caminhos para o Desenvolvimento Século XXI*. Rio de Janeiro: UFRJ/Cátedra da UNESCO de Desenvolvimento Durável da UFRJ/EICOS, 2006.
 29. SACHS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia – Teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.
 30. SCARANO, Fábio Rubio; GASCON, Claude, MITTERMEIER, Russell A. O que é biodiversidade? *Scientific American*. Brasil. Edição especial. n. 39, julho 2010.
 31. SCARCELLO, Miguel. O Conselho Nacional de Meio Ambiente. In: LITTLE, Paul E. *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Peirópolis; DF: IIEB, 2003.
 32. VERDUM, Ricardo. Poucos recursos, resultados insuficientes: matas, florestas e desmatamento. *Nota Técnica*. INESC Instituto de estudos socioeconômicos. Brasília. n. 141, maio de 2008. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas> Acesso em: 10 de abril de 2010.
 33. _____. A dívida socioambiental do governo Lula. *Nota Técnica*. INESC Instituto de estudos socioeconômicos. Brasília. n. 106, março de 2008. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas> Acesso em: 01 de fev. de 2010.
 34. WTC – World Trade Organization. *WTC News*. Disponível em: <http://www.wto.org/>. Acesso em: 02 mar. 2009